



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 01079

PROCESSO SMA

Nº 13.633/2005

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/494/2006 e na Deliberação CONSEMA XXXX, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: LARISSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 07269845/0001-26

LOGRADOURO: RUA ESTADOS UNIDOS, 455

BAIRRO: JARDIM PAULISTA

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

CEP: 01427-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: LOTEAMENTO HARAS SANTO ANTONIO

LOGRADOURO: ESTRADA MUNICIPAL MOR-223, S/N

MUNICÍPIO(S): MONTE MOR

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: Projeto de parcelamento do solo para implantação de 212 lotes para residências unifamiliares de alto padrão e baixa densidade, em área de 913.438,57 m². Os lotes apresentam áreas variáveis entre 1.502 m² e 4.280 m² e área média de 2.468 m². Além da área de lotes, o loteamento deverá contar com sistema viário - 17,69%, Área Verde e Sistema de Lazer - mínimo de 20% e Área Institucional - 5,00%.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 04(QUATRO) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data: 27/12/06

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/02

PROCESSO SMA  
Nº 13.633/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 01079

Para a continuidade do licenciamento ambiental no Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB e na CETESB, deverão ser cumpridas as condicionantes estabelecidas a seguir:

A. Apresentar planta revisada do projeto urbanístico, demarcando lotes, áreas verdes, de lazer, institucional e viário, contemplando quadro de áreas ajustado com ampliação de área verde do loteamento, de forma a compor, juntamente com o sistema de lazer, no mínimo 20% da área total a ser parcelada;

B. Apresentar projeto de restauração ecológica para as áreas de preservação permanente da Fazenda Santo Antônio e respectivo Termo assinado junto ao DEPRN; contemplar Compromisso de Recuperação Ambiental de 26,376 ha, junto ao DEPRN/ETCA (Processo SMA 64.754/2005);

C. Apresentar averbação, em cartório, da Reserva Legal da Fazenda Santo Antônio como um todo, correspondente no mínimo a 20% (cerca de 94,7878 ha) da propriedade de gleba total de 4.739.389,30 m<sup>2</sup>;

D. Constar as responsabilidades pela manutenção de áreas verdes no memorial descritivo, e no contrato padrão e futura associação de moradores constar cláusula prevendo 50% de áreas permeáveis nos lotes, e responsabilidades pela conservação do sistema de tratamento de efluentes domésticos;

E. Apresentar Projeto Executivo de Drenagem de Águas Pluviais, aprovado pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Monte Mor;

F. Apresentar projetos dos Sistemas de Abastecimento de Água e do Sistema Individual de tratamento de Efluentes Domésticos para análise e aprovação da Cetesb;

G. Apresentar, para análise da Cetesb, o programa para separação e reciclagem de resíduos sólidos, visando reduzir a necessidade de disposição final desses materiais;

H. Apresentar Programa de Monitoramento das Águas Superficiais para avaliação da Cetesb. Esse Programa deverá contemplar: a) detalhamento das atividades de monitoramento previstas; b) periodicidade das campanhas de coletas de água para análises dos parâmetros - coliformes fecais (NMP/100ml), pH, Turbidez (NTU), Temperatura (°C), Série Nitrogenada (mg/L), Oxigênio Dissolvido (OD), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO<sub>5,20</sub>); amostras recolhidas no mínimo em três pontos no córrego Candelária: dois na represa e um a jusante; c) considerar as análises já realizadas para estabelecer um background (Tzero) para a área de influência do Empreendimento; d) definição da frequência das campanhas de amostragem a partir da instalação dos loteamentos em função das etapas de implantação dos mesmos e dos períodos de chuva e seca, e duração dessa fase do monitoramento; e) cronograma físico das atividades a serem desenvolvidas; f) considerar os três pontos de coleta já amostrados; g) responsáveis pela sua execução. Recomenda-se que o Laboratório a ser contratado para fazer a coleta e as análises, tenha registro no INMETRO. Os relatórios com o resultado de cada campanha deverão ser submetidos a Cetesb;

I. Apresentar autorização do DAEE, para captação de água na Represa do córrego Candelária e lançamento de águas do sistema drenagem, conforme Portaria DAEE 717/96, tendo em vista sua inserção em área de drenagem do sistema de abastecimento público de Santa Bárbara D'Oeste;

J. Apresentar a execução do Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas na ADA, aprovado pelo IPHAN;

K. Para a implantação ou reativação da pista de pouso, será necessária prévia manifestação do DEPRN quanto a possíveis impactos sobre a fauna local;

L. Incluir no projeto estrutura que permita a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos, principalmente a portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, como rampas de acesso em cruzamentos, em atendimento as Leis Federais 10.048, de 08/11/00, e 10.098, de 19/12/00, regulamentadas pelo Decreto 5.296 de 02/12/2004.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO**

Fls 02/02

PROCESSO SMA

Nº 13.633/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 01079

Convém ressaltar que qualquer ampliação do loteamento sobre a área remanescente deverá ser objeto de análise prévia no âmbito deste Departamento.

Durante a implantação do empreendimento qualquer desconformidade ambiental deverá ser imediatamente comunicada a Agência Ambiental da Cetesb.

Finalmente para a solicitação da Licença de Operação do empreendimento na Cetesb, deverá ser apresentado Relatório referente a todas as medidas ambientais, compensatórias e de monitoramento implementados no período, e demonstrada a conclusão da execução da infra-estrutura do empreendimento (abastecimento de água, rede de energia elétrica/iluminação pública, sistema de drenagem, sistema viário, etc), bem como demonstrado o cumprimento das demais condicionantes deste Parecer Técnico.

XX  
XX  
XX  
X

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem